



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ORGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 51 - 1ª Quinzena de junho de 1993 - Cr\$ 10.000,00

Não nos enganemos com o novo ministro do PSDB. Seu plano continua antinacional e antipopular. Que a CUT prepare a Greve Geral em defesa da vida dos trabalhadores.

UNE

Por um Congresso combativo e revolucionário.

Por um programa de luta antiimperialista e anticapitalista, que construa a aliança operário-estudantil.

Lutar contra o desemprego:

Unir empregados e desempregados numa campanha nacional de luta por emprego e salário para todos. Preparar um grande acampamento de desempregados.

Novo ministro: mesma política econômica

A tentativa de Itamar Franco de manter seu compadre Eliseu Rezende no Ministério da Fazenda, depois da denúncia de corrupção, não se sustentou por mais de duas semanas, o que revela a profundidade da crise política. A no-

meação de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, considerado honesto, teve dois objetivos. Primeiro, abafar a onda de denúncias de corrupção, que revela à população a decadência do Estado burguês. Segundo, estabelecer uma nova correlação de força no poder central, para estancar o desmoronamento da governabilidade.

Duas alternativas estiveram em jogo: ou colocar o PMDB no pivô do governo ou o PSDB. Venceu este último.

O apoio de Fleury para manter Eliseu Rezende tinha por cálculo avançar a influência do PMDB. A impossibilidade de manter o ministro desmoralizado foi um fiasco. Todo apoio de Fleury, ou seja, do mais poderoso estado da Federação, não foi suficiente para Itamar favorecer o PMDB, que por ser o maior partido burguês dominaria o governo.

O PSDB não tem a força da máquina do PMDB, mas conta com apoio da burguesia industrial do sudeste e tem a simpatia do imperialismo. Mas a transferência do ministério da Fazenda para Fernando Henrique tem uma outra forte razão.

Como ministro das relações exteriores, estava de acordo com o Plano Eliseu e compromissado com a linha de negociação da dívida externa.

A alta cúpula da FIESP pretendia manter Eliseu em função da preservação de seu Plano, que não afetava os interesses da burguesia financeira (banqueiros) e industrial (grande capital). O Sr. Fernando Henrique Cardoso foi a solução encontrada, em meio à tremenda crise política, num quadro de contestação de militares e de ameaça grevista no meio trabalhador. Desta forma, Itamar busca restabelecer a unidade governamental e a centralização do Estado.

A cisão inicial com o PMDB tem sido contornada com novos loteamentos de ministérios. Diante do isolamento de Itamar - um governo fraco surgido da quebra do governo Collor - e de sua decomposição, os partidos burgueses procuram encontrar um ponto de equilíbrio, visando a transição até as eleições de 1994.

Como alcançarão a unidade necessária para a governabilidade e como a manterão por quase dois anos é o grande problema, uma vez que a divisão interburguesa ocorre devido à crise econômica e à política antinacional imperante no Estado. Por detrás do esfacelamento dos governos Collor-Itamar, está o retrocesso da produção, o choque de interesses da oligarquia dominante, a fragilidade da unidade nacional (manifestada no movimento separatista do sul) e a crescente miséria das massas, golpeadas pelo desemprego maciço e pelo confisco salarial via inflação.

O compromisso de Fernando Henrique Cardoso de não modificar substancialmente as medidas do Plano Eliseu é uma posição de continuísmo da linha Collor, ou seja, pró-imperialista e antipopular. De fato, o Ministro anunciou duas frentes básicas de atuação: 1) aprofundar os cortes no orçamento da União, o que é recessivo; 2) avançar mais decididamente no Plano de Privatização.

Vemos que sai governo e entra

governo, sai ministro e entra ministro, e a política ditada pelo imperialismo continua a predominar. Este é um fenômeno típico em que a burguesia nacional se desagrega, porque está obrigada a mutilar o país e se mostra impotente para rechaçar a opressão imperialista.

A democracia burguesa, na semicolônia brasileira, ao ser utilizada para implantar os planos liquidadores do imperialismo e a favorecer a alta lucratividade artificial para um pequeno grupo de capitalistas nacionais e estrangeiros hegemônicos (oligopolizados) entra em choque com as massas e serve de arena para os abutres burgueses disputarem os espólios. Está aí porque a mesma política antinacional e antipopular a ser aplicada pelo PSDB ampliará o precipício das classes e a crise do Estado.

O fundamental é a resposta operária. A burocracia sindical, de Medeiros e Meneguelli, e a esquerda reformista de João Amazonas a Lula, tudo farão para preservar a estabilidade do regime burguês, em nome da democracia e das eleições de 1994. Enquanto isso a direita golpista se prepara como alternativa para o futuro, como indica o fascista Bolsonaro.

A atitude de prostração dos reformistas e de contenção das lutas está contraposta à reposta operária necessária. Ao contrário, trata-se de organizar o movimento nacional das massas na luta antiimperialista e anticapitalista, partindo das reivindicações mais elementares dos trabalhadores, como emprego, salário, escala móvel de reajuste, moradia, educação e terra aos camponeses pobres.

Somente uma política de independência de classe do proletariado poderá responder à crise burguesa, que se agudizará mais ainda. A bandeira de Campanha Nacional de Luta, de unidade das massas em torno de um plano de reivindicações e da preparação da greve geral é o instrumento da política independente para a situação.



A proposta do ministro do PT:

Menos encargos, mais desemprego

O ministro do Trabalho Walter Barelli anunciou no último dia 25 de maio sua intenção de reduzir ou até isentar as empresas dos encargos sociais (FGTS, INSS, FAT, Finsocial, PIS/PASEP etc). Seu argumento é o de que isso reduziria as despesas das empresas e levaria à contratação de mais mão-de-obra, reduzindo o desemprego. Nada mais falso.

Em primeiro lugar, metade das empresas já não paga FGTS e INSS, nem por isso contratam mais gente. Na Espanha, onde tentaram aplicar esse tipo de subsídio, o desemprego aumentou para 25% da mão-de-obra, 35% foram levados a trabalhos marginais e existem 24 tipos de contrato de trabalho, que estimulam o trabalho temporário.

Aqui, as empresas demitem cada vez mais trabalhadores. A

causa não são os custos dos salários, que têm caído mês a mês, e sim a recessão imposta pela crise do capitalismo, que leva à queda da produção. É a redução das vendas, o encolhimento do mercado, que levam à redução da produção e, portanto, ao número de funcionários. Empresas que conseguem reduzir o número de funcionários, aumentando a exploração sobre eles, são consideradas mais modernas, adaptadas à situação de crise da economia. A demissão de funcionários é hoje um objetivo para melhorar a chamada produtividade.

O ministro argumenta em seu favor que taxaria o faturamento das empresas para substituir o dinheiro arrecadado com os encargos. O resultado prático da aplicação da proposta de Barelli levaria certamente ao repasse

dessa taxa aos produtos, redução de suas vendas e portanto ao agravamento da recessão e desemprego. A proposta de Barelli é na verdade a isenção dos sonegadores e o aumento dos lucros das outras empresas, em detrimento de conquistas sociais dos assalariados.

A CUT deve organizar um movimento nacional contra os ataques que o governo continuísta de Itamar está promovendo contra as conquistas sociais e as condições de vida dos assalariados e aposentados.

Nacional

Privatização da Previdência e a penúria dos aposentados



Um dos argumentos usados pelo governo para justificar a privatização da Previdência e modificar a aposentadoria por tempo de serviço é o de que não consegue sustentar o número de aposentados com a arrecadação obtida. Entretanto, a pesquisa feita pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada demonstrou que a aposentadoria do INSS perdeu, nos últimos anos, metade de seu valor.

Em 1973, em valores da época, a aposentadoria mais alta era de 21 milhões. Hoje a mais alta é de 9,6 milhões, ou seja, 3 salários mínimos. É necessário acrescentar que a grande maioria ganha apenas 1 salário mínimo.

Os trabalhadores, depois de produzirem uma imensa riqueza para os capitalistas, estão obrigados a viver na mais desumana penúria. Não bastasse essa violência, o governo pretende privatizar a Previdência e aumentar o tempo de trabalho para se aposentar, o que significa aumentar a opressão social.

Os sindicatos e a CUT devem sair da paralisia e levantar a bandeira dos aposentados como parte de um plano único de luta nacional.

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE EScreva PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

Terceirização=desemprego

Cada vez mais empresas estão utilizando o artifício da terceirização para poderem demitir sem gastar com encargos sociais. A manobra funciona assim: ao invés de

contratarem novos funcionários nos curtos momentos de aumento da produção (que custariam encargos sociais e custos de rescisão), os patrões preferem contratar outra empresa que arranja funcionários temporários. Quando a produção volta a cair, os empresários apenas cortam os

trabalhadores da empresa contratada, sem nenhuma despesa. Como se diz, chupam a fruta e jogam o bagaço fora.

Dessa maneira, forma-se um exército de subempregados, que só são utilizados em extrema necessidade, e estão excluídos dos direitos trabalhistas e sociais. Os capitalistas elevam seus lucros às custas de manter desempregados crônicos.

A terceirização é mais uma consequência da crise de sobreprodução capitalista: a recessão, a queda da produção é a causa do crescente desemprego e das manobras para efetivá-lo. Não existe nada de progressivo nela, ao contrário. Trata-se de mais uma prova da decadência do

capitalismo, que para sobreviver ataca até as mínimas condições de vida das massas.

A luta contra a terceirização é de todos os assalariados e dos desempregados também, porque ela está se estendendo e ameaça os empregados regulares. É preciso lutar para garantir nos acordos coletivos a proibição do trabalho temporário ou contratado por terceiros. Se as empresas querem produção, que contratem novos funcionários e paguem a todos seus direitos.

É preciso exigir dos sindicatos e da CUT que chamem a luta contra a terceirização, que ameaça os empregados e agrava ainda mais a vida dos desempregados.

Protesto de desempregados

Centenas de operários correram à Associação dos desempregados atraídos pela notícia de vagas nas empresas da zona sul. Vieram de cidades vizinhas e de outras regiões de São Paulo na disputa por uma vaga na Monark, Caloi, Forim, Makotek.

Essa cena já se tornou comum. A Associação recebe por dia mais de mil operários e só conseguiu, nesses seis meses, colocar

2.500. A vida dos desempregados é correr atrás de uma vaga, por isso, a qualquer boato de emprego se aglomeram centenas de trabalhadores.

No dia 23 de maio realizaram um ato de protesto em frente à Associação contra o desemprego. Porém, o movimento dos desempregados permanece isolado. A direção da CUT, em vez de preparar uma ampla campanha nacional pelo emprego a todos vem selando pacto com o governo e os patrões, como o acordo das Montadoras. Para isso, abandona os métodos próprios de luta da classe operária e se apoia em negociações no Parlamento e nas Câmaras Setoriais. Os resultados

têm sido o aumento do desemprego, a fome e miséria.

Não há outra via para defender o emprego e o salário mínimo real senão pela ação direta. Devemos desde já organizar os comitês de luta em todos os lugares. A unidade da classe (empregados e desempregados) é fundamental. A separação só interessa aos capitalistas, pois o exército de reserva (mão de obra desempregada) atua para o aumento da superexploração do trabalho.

Organizemos os comitês de luta!

Preparemos a Campanha Nacional pelo emprego e o salário mínimo real!

Por um acampamento de desempregados!

Unir empregados e desempregados na luta por emprego e salário!

Preparar um acampamento de desempregados!



Brasil, paraíso do lucro e inferno da miséria

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) apurou que entre 1985 e 1991 as mil maiores empresas, no Brasil, tiveram margens brutas médias de lucro de 36% (Jornal do Brasil). Há setores, como o de vidro e cimento, altamente monopolizado, que alcançaram a média líquida de 36,3% e a bruta de 57,7%. A média líquida de metalurgia e química foi de 14,8% e 14,2%, respectivamente. Uma vez que a média bruta internacional é de 10% e a líquida é de 2,5%, logo vemos que estamos no paraíso do lucro. É claro que não são todos os setores beneficiados, mas com certeza aqueles dominados pela multinacionais e pelo grande capital nacional.

Com a inflação, a dívida pública e a especulação financeira, os banqueiros e grandes aplicadores extraem

grandes somas. De um lado, valem-se da dívida estatal, que funciona como seguro de proteção ao grande capital na sustentação da crise recessiva; de outro, da expropriação inflacionária dos salários. Assim, a quebra recessiva e a queda de atividade dos negócios não atingem a todos com o mesmo vigor.

Há setores que até lucram mais, como os banqueiros e oligopólios. Os cálculos da FGV vão até 1991. É bem provável que, com a liberação dos preços e aumento do poder dos cartéis na fixação dos preços muito acima do custo da produção e da inflação média, a lucratividade tenha aumentado.

Está aí a explicação porque o Brasil é um dos países que mais concentra miseráveis e porque é um país onde se extermina crianças como

moscas.

Sem uma transformação total das bases econômicas e controle operário da produção não será possível reverter este quadro de crescente concentração de riqueza e de pobreza. É necessário a expropriação revolucionária do grande capital industrial, comercial e financeiro. Tarefa essa possível, caso o proletariado tome o poder do Estado e imponha à burguesia reacionária a ditadura de classe da maioria oprimida.

Nacional



É preciso sair às ruas contra a privatização da CMTC

O movimento em Defesa da CMTC e do Transporte Público, dirigido pelo sindicato dos Condutores, fez um ato público na Praça da Sé contra a privatização de Maluf. É necessário ampliar esse movimento, convocando toda militância de base e exigindo a organização de uma frente sindical de luta.

Somente a mobilização dos trabalhadores e da população organizada, ganhando as ruas e formando comitês por toda a cidade, poderá barrar a privatização da CMTC, que faz parte da política mais geral pró-imperialista do governo federal.

O fato dos reformistas e da

burocracia sindical terem capitulado desde o Plano Collor de Desestatização permitiu que o governo entregasse ramos estratégicos para o grande capital parasitário, como foi o caso da Usiminas, CSN, Poliolefinas, etc.

A meta da burguesia é obrigar o Estado se desfazer de todo o controle econômico, do nível federal ao municipal. Esta é a forma de proteger seus negócios, na situação de profunda crise econômica.

Maluf é apenas uma peça cumprindo sua parte no jogo. Para quebrar sua decisão é necessário uma ampla mobilização, uma vez que a resistência popular contra o fim

da CMTC se chocará contra as demais privatizações em curso.

O problema está em que a direção do sindicato não está empenhada a levar o conflito com Maluf ao extremo. Cabe à vanguarda questionar essa política de protestos inócuos e trabalhar pela mobilização popular.

Violência contra crianças:

Para quê Estatuto do Menor?

Frente à evidente opressão de crianças, pertencentes à classe operária, a Igreja e todo tipo de demagogo da política burguesa obtiveram do Congresso a aprovação de um Estatuto do Menor. Se pudesse ser aplicado, certamente amenizaria a violência contra a criança. No entanto, foi feito para ser desrespeitado, como ocorre com a legislação constitucional do salário mínimo.

Por outro lado, o Estatuto do Menor não assegura o essencial, que é obrigar os capitalistas a dar emprego e pagar salário compatível com a necessidade de sobrevivência de toda a família operária. Não é possível proteger minimamente o menor a não ser reduzindo a violenta taxa de exploração do trabalho, eliminando o desemprego e erradicando a pobreza absoluta, que atinge 34 milhões de brasileiros.

Logo dirão os mais realistas que isso é impossível. E os reformistas responderão que é possível apenas a longo prazo, o

que é falso. Os exploradores dirão que o problema está na crise econômica, que passará com o acerto da política econômica. Mas o fato é que, enquanto se ludibria as razões da desagregação social, milhões de crianças estão jogadas nas ruas, centenas são assassinadas pelos esquadões de extermínio e uma legião de menores é superexplorada pelos capitalistas gananciosos.

A descoberta de crianças, ainda chupando chupeta, morando em bueiro da capital Porto Alegre, para se esconderem dos exterminadores, é um dos retratos da barbárie. Um outro exemplo contundente é o do recente assassinato "a queima roupa" de um menino de 13 anos no lixão, quando catava comida, por policiais militares contratados como vigias.

O extermínio de milhares de crianças é apenas um término de um processo de marginalização. Começa desde o momento em que nascem nas favelas, em famílias de desempregados e lares desfeitos pela miséria dos pais. E continua com a exploração da força de trabalho ainda tenra, em longas jornadas e trabalhos pesados.

É o caso das milhares de crianças e adolescentes bóias-frias da região centro-oeste de São Paulo, que trabalham nos canaviais. Pesquisas médicas constataram que o tremendo esforço realizado e a subnutrição têm afetado profundamente o desenvolvimento físico e mental dos trabalhadores mirins, sujeitos à hipertrofia cardíaca, hipertensão arterial, artrose e efizema pulmonar. A denúncia do trabalho de centenas e centenas de

crianças nas fábricas de Franca, operando com cola tóxica, é apenas mais um exemplo do que se passa.

A utilização da mão de obra infantil e adolescente cresce progressivamente em função da crise econômica e da "necessidade" dos capitalistas comprarem a força de trabalho por um preço miserável (menos que um salário mínimo). Enquanto operários adultos são demitidos, os burgueses se aproveitam do trabalho infantil completamente desprotegido e altamente lucrativo.

Como vemos, o extermínio começa com o trabalho impróprio e com a desnutrição. Este fenômeno que estorceu no desenvolvimento capitalista inglês do século XIX, agora em pleno final do século XX, quando a produção de riquezas é capaz de solucionar todos os problemas da humanidade, o Brasil atrasado e semicolonial faz o mesmo, com a diferença de estar em retrocesso. É a bárbara acumulação primitiva que serve para sustentar o capitalismo em decomposição.

A defesa do menor só pode ser feita pela luta antiimperialista e anticapitalista do proletariado. Cabe à juventude operária e estudantil tomar a dianteira contra essa iniquidade capitalista, organizando os movimentos desde as fábricas, campos, escolas e bairros. Que morra o capitalismo, mas não os filhos da classe produtora! Chega de demagogia cristã e reformista! Organizemos o partido e a revolução proletária! O capitalismo é irreformável, nele as crianças já nascem escravas. O futuro das novas gerações está no socialismo!

Denúncia



Violência Policial: o capitalismo resolve o problema do desemprego matando

Com o agravamento da crise capitalista se eleva o nível de miséria das massas e com ela a marginalidade. A política de destruição das forças produtivas imposta pelo imperialismo e levada às últimas consequências nas semicolônias. A pena-de-morte, ainda em discussão no Congresso, vem sendo amplamente aplicada pelos Comandos de Polícias Militares Estaduais sobre a população oprimida, funcionando como verdadeiros esquadrões de extermínio.

Um recente estudo do Americas Wath demonstra os números desta barbárie. Em 1987, a PM de São Paulo matou 305 pessoas e em 1992 esse número subiu para 1470 (uma média de 3,7 mortos por dia). O próprio documento afirma "que esta política de extermínio é estimulada pela impunidade garantida pela justiça militar", que "a PM acredita ter permissão para matar quando a vítima é um pobre, um negro ou um ladrão", que "existe

competição entre a Rota e os Táticos-Móveis dos diversos batalhões para ver quem mata mais", chegando até a "haver conflitos entre os oficiais e os policiais que se opõem ao extermínio".

A própria resposta do Secretário de Segurança Pública, Michel Temer, demonstra estes fatos, quando afirma que "são provas de eficiência o grande número de marginais mortos em confronto com um pequeno número de policiais" (Folha SP, 01.06).

Assim se comprova que a polícia militar é uma instituição criada pela burguesia para defender a propriedade capitalista, isto é, a propriedade privada dos exploradores. E num momento de profunda crise econômica, em que o capitalismo joga milhões de assalariados na pobreza absoluta e na marginalidade com o desemprego e com o salário mínimo de fome, a polícia é acionada com mais veemência para, inclusive, exterminar o ex-

cesso de mão de obra que dificilmente voltará à produção.

Os operários para se defenderem dessa mutilação capitalista, além de lutarem em defesa do salário e do emprego precisam lutar por dismantelar o aparato repressivo dos opressores e criar as milícias populares de auto-defesa em cada bairro. Ao mesmo tempo cabe aos policiais honestos massacrados também pelos baixos soldos e tirania dentro dos quartéis organizarem-se em frações clandestinas com o objetivo de se aliar à luta operária pela destruição da classe burguesa, não acatando as ordens dos comandantes.

Denúncia



A não legalização do aborto mata 4 mulheres por dia

A não legalização do aborto provoca a morte de 1.460 mulheres por ano, no Brasil, segundo dados do Fundo de População da ONU. E este número pode ser três vezes maior, dado que não se tem um meio preciso de apuração.

Na verdade, o falso caráter cristão e humanitário do Estado burguês de proibir a prática do aborto está ligado à manutenção de altos lucros da medicina privada, e de não ter que assumir financeiramente mais essa responsabilidade pelos serviços públicos. Assim o aborto de qualidade é um privilégio das mulheres burguesas e das de classe média alta. Mas as assalariadas, em sua maioria, não podem fazê-los nos hospitais públicos, pois é ilegal, e nem nas clínicas de qualidade que cobram um absurdo, sendo portanto obrigadas a se submeter às clínicas clandestinas, que, no geral, são mal equipadas e provocam a morte da maioria das pacientes.

O mesmo governo "humanista", que nega a prática do aborto às operárias, incentiva a sua esterilização (sendo que na maioria dos casos são do desconhecimento das pacientes em complemento de cesarianas), necessitando controlar a

natalidade frente à recessão, ao desemprego e ao excesso de mão de obra barata.

O governo burguês quando proíbe o aborto tenta demagogicamente defender o direito à maternidade, mas na realidade é o responsável pela alta taxa de mortalidade feminina proveniente do aborto.

As mulheres trabalhadores tem de exigir o direito de abortar e ter filhos quando quiser, assim como luta pelo direito de emprego, salário digno, moradia, educação e saúde pública de qualidade. Mas é preciso entender que só vamos ter esses direitos numa outra sociedade organizada e construída pela maioria oprimida e não pela minoria opressora. Portanto, a defesa do aborto, assim como, dos salários, empregos, etc, é parte da luta mais geral pela destruição desse regime de exploração do trabalho.

Os resultados dos Encontros estaduais e municipais foram considerados um grande avanço da ala esquerda do PT. Cresceu a influência dos pseudo-trotsquistas, Democracia Socialista (DS), O Trabalho, e outras correntes, como a Força

Socialista. A direita, representada por José Genuíno e Eduardo Jorge (Projeto Brasil), mostrou-se ultra-minoritária. Ao mesmo tempo, a corrente hegemônica Articulação se dividiu e se esfacelou. Esse fenômeno se deu em todos os estados, à exceção do Ceará, onde o Projeto Brasil e Articulação unidos obtiveram 81,6% dos votos.

O enfraquecimento da Articulação corresponde a uma situação em que o PT foi golpeado nas eleições municipais, sendo derrotado em todo ABC (à exceção de Diadema) e, principalmente, em São Paulo. Fruto de sua integração cada vez

mais sólida no Estado burguês, sua bancada parlamentar tem apoiado os Planos neoliberais e, logo após o impeachment, a direção do partido se negou sequer a fazer oposição burguesa a Itamar.

O episódio da ida de Erundina para o Ministério da Administração Pública acabou por refletir abertamente a política estatal burguesa do partido, embora tenha ocorrido numa situação em que a alta cúpula dirigente modificava sua linha, dirigindo-se para a crítica oposicionista, em função dos descabimentos de Itamar e das perspectivas eleitorais de 1994. Neste mesmo quadro, o caudilho Lula passou a negociar sua candidatura com a nata capitalista, incluindo representantes do latifúndio centro-oeste. E em pleno processo de discussão dos Encontros, dirigiu-se aos Estados Unidos com o mesmo objetivo.

Esta conduta descaradamente pró-capitalista tem afastado o PT dos movimentos e burocratizado a CUT. O fato de não se poder mais disfarçar o conteúdo burguês de seu programa com o genérico socialismo democrático abriu uma tremenda crise nas fileiras do partido. A esquerda oportunista e fisiológica encontrou a chance que esperava para se fortalecer na disputa aparelhista da direção. Baseada na crí-

tica à orientação neo-liberal do Projeto Brasil e à linha de governo de centro-esquerda (coligação com o PSDB), formulada pela direita da Articulação (juntamente com o Projeto Brasil), a esquerda capitaneada pela Democracia Socialista avançou em vários estados.

A divisão da Articulação e mudança na correlação interna das correntes abriram um processo de crise, que obrigará um reacomodamento das correntes e arrefecimento da ofensiva do bloco de esquerda, também frágil em sua unidade. É nesse sentido que Lula negocia às costas do Oitavo Encontro Nacional a candidatura de José Dirceu, representante da ala moderada da Articulação (Articulação Advertência). Com seu peso de caudilho, pressiona para que a "Articulação Advertência" e "Articulação Hora da Verdade" se unifiquem e com isso arrastem a Democracia Socialista, que tem se caracterizado pelo entrismo oportunista-fisiológico na Articulação. É mais difícil arrastar a corrente "Na Luta PT", representada pelo O Trabalho, mas não impossível, uma vez que cultua o caudilhismo eleitoral de Lula. As correntes, como camarilhas, negociam com Lula a crise aberta pelas derrotas estaduais e municipais da Articulação.

Um ponto central da crise e o que pretende o bloco de esquerda

As esquerdas eleitoral-opportunistas do PT, mas que ainda se acham no direito de falar em nome do marxismo-leninismo-trotsquismo, têm se adaptado à estratégia democrático-burguesa e à tática parlamentar reformista do partido, porém há um limite para tal submissão. Como correntes minoritárias não podem levar sua adaptação ao ponto pretendido pela Articulação, ou seja, de dissolver o PT numa coligação com poderosos partidos burgueses, entre eles o PSDB, PDT e parte do PMDB.

A Articulação Advertência e o Projeto Brasil, inclusive Lula, afirmam que o grande erro do PT, cometido nas eleições municipais, foi o de não fazer alianças com os demais partidos logo no primeiro turno. E que trata-se de corrigi-lo nas presidenciais.

Em função dessa linha, a camarilha dirigente chegou a traçar um acordo com Tasso Jereissati, do PSDB, de que se ganhasse, no plebiscito, o parlamentarismo, a aliança estaria selada. A esquerda oportunista não pode admitir essa clara junção do PT aos partidos burgueses, com pena de não mais poderem manejar o marxismo, do qual de fato há muito se distanciaram.

Este conflito se agravou com as negociações de Lula com setores do capital, para se compor um programa de governo aceitável para a burguesia, numa situação de crise dinâmica. Antes mesmo do Oitavo

Encontro, o caudilho trabalhava o programa por cima do partido, como continua a fazer com sua equipe de economistas formados na política econômica burguesa (FGV).

O reclamo das esquerdas era e é de que a candidatura de Lula, o grande líder sem o qual o PT acaba, deveria refletir o Oitavo Encontro, ao qual caberia deveria elaborar um programa de reformas de acordo com a linha do Quinto Encontro, onde se fundamentou a estratégia do governo democrático e popular, estratégia essa postulada no Quarto Encontro (1987). As tais reformas estruturais, na verdade, não passam de medidas típicas do reformismo burguês, como melhor distribuição de renda, reforma agrária promovida pelo Estado e limitada a algumas áreas de latifúndios, renegociação da dívida externa em melhores condições e coisa do gênero, até onde pode che-



gar a mentalidade ideal-reformista da esquerda petista.

Espera-se assim evitar uma co-

ligação francamente capitalista, apesar das esquerdas já terem atuado o voto do PT no Plano Collor.

na privatização dos Portos, etc.

A estratégia democrático e popular, uma falsificação das esquerdas

É consenso no bloco de esquerda, que surpreendentemente inclui a reacionária Vertente Socialista, de que a crise do PT se deve a um desvio estratégico. Ou seja, a adoção pela Articulação da estratégia do governo de centro-esquerda, contraposto ao governo democrático e popular do Quinto e Sexto Encontros.

Segundo a esquerda oportunista, o governo democrático e popular é a preparação do terreno para o socialismo. Entretanto, a formulação que fazem para um possível governo de Lula demonstra o caráter reformista-democrático burguês da estratégia. Propõe um governo de aliança sem muita clareza de quem são os aliados, a não ser o tradicional frente-populista PCdoB, PC (PPS), que no momento apoiam descaradamente o governo Itamar.

Vetam a coalizão com o PSDB e PMDB, mas não dizem nada sobre o PDT e PSB. Provavelmente devem estar na lista do chamado campo democrático e popular. E por acaso não são tão burgueses quanto o PSDB? E não são corrompidos? E o que dizer do PCdoB e PPS colaboradores do governo burguês?

Um outro aspecto da formulação da estratégia do governo democrático e popular é que corresponde ao caudilhismo de Lula. Lula é o pivô do PT, porque tem ascendência eleitoral sobre as massas. É em torno de uma possível vitória do caudilho, também muito corrompido pela política estatal, que se formula o go-

verno democrático e popular.

A esquerda acredita que o caudilho se disporá a fazer a tal reforma estrutural, a contragosto do grande capital e do imperialismo. Por isso, se agarra à idéia de que é preciso organizar as massas populares em torno de tal governo reformista para enfrentar "a firme oposição no seio da classe dominante" (Manifesto da DS, Vertente Socialista, etc).

Além de defenderem uma estratégia democrático-burguesa, como se fosse um passo transitório para o socialismo, são idealistas, sonhadores da obra de um caudilho reformista radical.

Não é só a tática aliancista que define a estratégia. O conteúdo de classe e os princípios históricos do proletariado são decisivos. Eles é que definem a tática aliancista. A esquerda oportunista tem se guiado pela negação da estratégia da revolução e ditadura proletárias.

O tão cantado Primeiro Congresso do PT votou a moção do Projeto Brasil e Articulação condenando a ditadura do proletariado e os métodos violentos da revolução. As esquerdas em geral, inclusive a CS, que foi expulsa, se omitiram.

O governo democrático e popular sempre teve um conteúdo burguês-reformista e sempre fez parte do crescimento eleitoral do PT. A questão das alianças, neste caso, diferencia a direita da esquerda petista em grau e não em essência.

A aliança revolucionária do proletariado é a do governo operário e

camponês, que corresponde à estratégia da revolução e ditadura proletárias no Brasil. A esquerda petista se negou sistematicamente a formular e responder à estratégia defendida pelo POR do governo operário e camponês, contraposto ao governo democrático e popular e as variantes democráticas, como o governo dos trabalhadores (CS/CO).

A militância revolucionária não deve se iludir com a bandeira de um PT socialista. Trata-se de um partido completamente integrado à política burguesa. A esquerda serve apenas de fachada socialista para o reformismo burguês, que tende a capitular frente ao imperialismo. A tarefa é a de colocar sem atenuante a construção do programa da revolução proletária, que conformará um verdadeiro Partido Operário Revolucionário.

Nacional



Que esquerda é essa?

A descrição feita por João Machado, dirigente da DS e membro da Executiva Nacional do PT, do avanço da esquerda, no artigo "PT diante de grandes mudanças", retrata bem o oportunismo e o aparelhismo.

Em Porto Alegre, a DS se aliou com a Articulação e com o movimento "Na luta PT", o mesmo ocorrendo no Encontro Estadual do Rio Grande do Sul, tendo como principal adversário o Projeto para o Brasil. No Paraná, a DS novamente se aliou à Articulação, ficando de fora

o movimento "Na luta PT" (10% dos votos), concorrendo com o Fórum dos Independentes (45%). Já no Encontro Estadual, a aliança foi desfeita: a DS concorreu sózinha, a Articulação se dividiu em duas chapas, o Fórum e Na luta PT saíram sózinhos.

Em Belo Horizonte, a DS também se aliou à Articulação; "Na luta PT" concorreu sózinho. No Espírito Santo, a Articulação se dividiu e a DS se aliou com a ala Articulação-Manifesto e Força Socialista. No Rio, a DS se uniu com a Articulação Manifesto e com Vladimir Pal-

meiras.

Surpreendentemente, na Bahia, a DS lançou chapa própria, o mesmo fez "Na luta PT" e a maioria da Articulação também saiu sózinha encabeçada pelo deputado federal Jacques Wagner, "que assina a pré-tese de Vladimir Palmeiras", como informa João Machado.

Em Recife, a DS se

uniu com "Na Luta PT" e a Articulação fez bloco com o Projeto Brasil.

Observem, agora, a composição, em João Pessoa: a DS fez bloco com "Na luta PT" e parte da Articulação; a chapa concorrente resultou da composição da maioria da Articulação. Projeto Brasil e Vertente Socialista. Em São Paulo, no Encontro Municipal, a DS compôs com Articulação-Manifesto, Vertente Socialista e "Na luta PT", elegendo para presidente Cândido Vacarezza da Articulação-Manifesto.

Por essa dança

das alianças, notamos a ausência de princípios político-programáticos norteadores da luta interna. Conforme os interesses aparatistas se faz e desfaz alianças. A DS assina o Manifesto "Retomar a Estratégia Democrática e Popular" com a Vertente Socialista, unem-se em São Paulo e se separam em Recife, sendo que a Vertente se alia com a Articulação e Projeto Brasil. No Rio, a DS faz bloco com o grupo de Vladimir Palmeiras, que vem de longe se opõe à aliança com o PSDB. O mesmo se pode dizer das alianças do movimento "Na luta PT" com a DS, que em Belo Horizonte, se uniu com a Articulação contra "Na luta

PT".

Vulgarmente, chamamos isso de "samba do crioulo doido". Evidencia a falta de princípio e a decomposição política dos revisionistas do trotsquismo, que têm por função sustentar o PT social-democrata e o capitalismo putrefato.

No Oitavo Encontro, sem dúvida, se curvarão perante o caudilho Lula e sua candidatura pró-capitalista. Depois dirão que houve avanço da esquerda e propagandearão o PT socialista do governo democrático e popular.

Denúncia

A OBRA DO CAPITALISMO

O estudo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), que demonstra o crescimento da pobreza em nosso continente, apenas acrescenta mais dados sobre a barbárie capitalista e a decrepitude do sistema econômico da exploração do trabalho assalariado. Um pouco antes da divulgação das conclusões da CEPAL, o IBGE publicou o seu anuário estatístico em que revela a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da pobreza absoluta, ou seja, na condição de indigência. Pelos dados da CEPAL, o quadro de miseráveis, no Brasil, é mais grave ainda: "Em 1990, 69,8 milhões de brasileiros viviam na linha de pobreza, dos quais 34,8 milhões foram classificados como indigentes" (Estado). Mas este flagelo social não é típico de nosso país. O relatório da CEPAL observa que, em 1990, a América Latina possuía 427 milhões de habitantes, sendo que 196 milhões viviam no nível de pobreza absoluta. Dentre eles, 93,5 milhões eram indigentes.

Um outro dado importante é o da evolução do número de pobres. De 1986 a 1990, houve um cresci-

mento da pobreza em 2,5%. Cerca de 60% dos assalariados estão na condição de pobres. No Brasil, "o número de habitantes pobres passou de 50,9 milhões em 1979 para 61,03 milhões em 1987, em 1989 chega a 64,7 milhões e salta para 69,8 milhões em 1990, um salto de quase 10% em apenas um ano" (Estado).

O que a CEPAL não pode demonstrar é a razão da barbárie, quando existe crise de superprodução, ou seja, excesso de riqueza produzida pelos trabalhadores. Os organismos internacionais do imperialismo - a CEPAL é um órgão da ONU - estão obrigados a divulgar o montante da miséria tal é a contundência da realidade. Mas procuram obscurecer a fonte geradora do flagelo com conselhos demagógicos assistencialistas. E os governos, juntamente com os reformistas, como Itamar e o PT, se apossam dos dados para choramingar a miséria e inventar campanhas contra a fome.

O crescimento constante da pobreza e miséria está determinado pela lei capitalista de exploração do trabalho (ex-

tração da mais-valia) e acumulação de capital. As forças produtivas encarnadas pelas massas trabalhadoras, coletivamente organizadas na produção, estão em contradição com as relações capitalistas de exploração e apropriação privada das riquezas.

É esta contradição econômica e seus efeitos catastróficos (a miséria, desemprego) que conduzirão à revolução proletária e ao socialismo. As condições objetivas do apodrecimento do regime capitalista estão dadas para o seu desaparecimento e superação histórica; é necessário construir o partido mundial da revolução proletária.

O destino de milhões e milhões de pobres e indigentes (mais de um bilhão no mundo todo) está atado à destruição do capitalismo; mais ainda a nova geração de trabalhadores que desponta. Não lamentemos a miséria, como querem os burgueses piedosos; construamos o partido da revolução e ditadura proletárias! Organizemo-nos para derrubar o poder do imperialismo e das burguesias subservientes das semicolônias!



Têxteis SP: por uma campanha salarial de emergência

Diante da profunda miséria salarial da categoria e das demissões com o fechamento da Alpargatas 2, Santista Tatuapé, e seções de outras fábricas como a Vicunha, etc, a burocracia sindical pelega (Força Sindical) vem falando que é preciso um aumento real dos salários, mas não diz como arrancá-lo dos patrões

Qualquer leigo sabe que para arrancar qualquer índice de acordo com a inflação é preciso um grande movimento grevista do conjunto da categoria, e, portanto, de assembleias gerais no sindicato para que os operários possam decidir e organizar a campanha nas fábricas. No entanto, o pelego do sindicato só

sabe chamar os operários para participar de bailes, futebol, excursões, e no máximo a aguardar pela televisão o resultado da votação do Projeto Paim de reajuste mensal. Quanto à assembleia geral no sindicato nem toca no assunto, ou melhor, está esperando chegar novembro para endossar as propostas patronais, que foram fechadas nas costas dos operários!

Como se vê, o pelego do sindicato quer que os operários continuem recebendo essa política miserável de reajuste quadrimestral do governo, diante da inflação que é diária.

Os operários já não suportam mais tanto arrocho. Desde novembro até agora as nossas per-

das são de 194%. Por isso é necessário organizar uma campanha salarial de emergência, reivindicando o piso salarial do DIEESE (20 milhões), 194% de reajuste, aumento real, reajuste automático de acordo com a inflação, etc. É necessário também organizar essa discussão dentro das fábricas e exigir dos pelegos do sindicato que chamem imediatamente a assembleia geral, para iniciar uma campanha salarial de fato.

A privatização da Ceagesp

A proposta de privatização da Ceagesp não é nada favorável para a categoria dos carregadores e auxiliares em geral. Trata-se de mais uma manobra política do governador do Estado, cujo principal objetivo é entregar de mão beijada as empresas estatais para a iniciativa privada.

Devemos ficar alertas com as falcatruas utilizadas por Fleury, que vem no sentido de sucatear o Ceagesp e depois passar para as mãos de grupos econômicos a preço de banana podre. A proposta do governador não é apenas privatizar a administração, mas sim a venda do imóvel como um todo, pois o interesse é de monopolizar o abastecimento dos hortifrutigranjeiros, impossibilitando os inúmeros pequenos comerciantes de fazerem a comercialização dos produtos.

Essa política de privatização atende aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais. Para isso, enganam as massas com o argumento de que a venda das empresas estatais é a salvação do Estado. Isso é uma grande mentira. As estatais são produtivas, mas é preciso que estejam sob o controle dos trabalhadores.

Não queremos a privatização da administração e nem tão pouco a venda do imóvel, porque qualquer proposta de privatizá-la é prejudicial aos trabalhadores da Ceagesp pelo fato de perdemos o espaço numa possível mudança da estrutura física e também no próprio sistema de carga e descarga. As demissões virão na certa.

Outro fato importante é que com a privatização da Ceagesp os consumidores e a comunidade perderão ainda mais, pois os monopólios dos grupos privados imporão os preços. Certamente, os produtos chegarão mais caros nos supermercados e nas feiras livres.

No entanto, chamamos a atenção dos companheiros do Sindibast para que saiam do imobilismo e da neutralidade corporativa e que parem de colaborar com a privatização. É preciso unir ao Sindicar num só objetivo: impedir que a venda da Ceagesp seja concretizada.

A unidade dos trabalhadores da Ceagesp é fundamental. Para isso, é preciso combater as idéias privatizantes que são divulgadas pelos meios de comunicação e pelos políticos burgueses. Deve-

mos rechaçar as propostas privatistas, como foi o recente exemplo do Sindibast, dando provas que está ao lado dos patrões e não dos trabalhadores.

A privatização das estatais é parte da política neoliberal imposta pelos países imperialistas. Isso só tem trazido mais desemprego, fome e a grande concentração de capital. Por isso, não podemos permitir que a Ceagesp seja mais uma empresa nas mãos da burguesia.

Organizemos os comitês de luta contra a privatização!

Unamos nossa luta com a dos trabalhadores da CMTC e outras empresas que estão para ser vendidas!

Movimento Operário



A vitória apertada da Articulação

No dia 28 realizaram-se as eleições para a diretoria da Apeoesp e Conselho de Representantes. Duas chapas

concorreram: a da Articulação/PCdoB e da Oposição (uma frente de várias correntes políticas: Convergência Socialista, Luta de Classes, T.POR e independentes).

Os resultados obtidos de 52% e 43% por si só revelam o crescimento do descontentamento do professorado com a atual direção. A vitória apertada sobre a chapa de oposição é o reflexo da rejeição à política burocrática e conciliadora da Articulação. Mostrou a necessidade de uma nova direção que de fato impulse as lutas e organize a classe em busca de conquistas.

A situação salarial dramática, as péssimas condições de trabalho, a farsa da Escola-Padrão e as derrotas das últimas greves foram expressas no voto de repúdio ao continuísmo dos Felícios. Roberto Felício (presidente da chapa 1) faz parte dessa direção que traiu o movimento com as intermináveis negociações com o governo e as emendas ao proje-

to privatista de Escola-Padrão.

A Articulação permanecerá na Apeoesp por mais três anos, com o programa de colaboração de classe, o que impõe a necessidade de organizar uma Oposição de combate. A estruturação dessa oposição passará pelo balanço da campanha salarial e eleitoral.

A vitória da Oposição na Capital e na Grande São Paulo

A chapa 1 perdeu no coração do Estado. As regionais da capital votaram na Oposição. Na Sul, os resultados foram 80% para a Oposição. Na Oeste (reduto da Articulação), a vitória da Oposição se deu em todas as urnas. No ABCDM ocorreu o mesmo. Isso mostra que a vanguarda mais combativa do professorado votou na chapa 2.

O fato de acompanhar mais de perto a política traidora da Articulação, de presenciar o avanço da burocratização da entidade, de constatar a ausência de soberania das assembleias estaduais e vivenciar os métodos truculentos da diretoria (próprios de pelegos encastelados no sindicato) contra seus opositores, fez com que os professores da capital rejeitassem a chapa continuísta.

A Articulação fez de tudo para reverter esse quadro. Usou da mentira, calúnia e da campanha contra alguns professores que compunham a chapa de oposição. A acusação de radicais e inconsequentes foi a tônica de sua propaganda. Preferiu utilizar os mesmos argumentos dos governos (Maluf, Quéricia, Fleury) para combater o avanço da oposição.

A diretoria foi eleita com os votos dos professores do interior. O fortalecimento da Oposição é uma tarefa imediata. Para isso, é necessário organi-

zar as plenárias regionais e estadual, realizar um balanço das eleições, traçar um plano de trabalho de penetração em todas as escolas e reiniciar a campanha salarial, que foi abortada pela diretoria da Apeoesp.

Superar o empirismo, as tendências aparelhistas e construir uma oposição classista

O surgimento do Movimento de Oposição respondeu à necessidade de uma nova direção. Organizou-se sob a base de um programa que expressava a independência de classe, a luta contra a burocratização e a defesa da democracia operária.

Concretamente foram inúmeros os problemas, que precisam ser superados para que de fato se organize uma sólida Oposição. A aceitação formal do programa aprovado na Convenção por parte da Convergência Socialista, a ausência de plenárias regulares, as decisões tomadas na Coordenação, o não cumprimento das decisões de plenárias e as posições divisionistas da CS na campanha salarial são obstáculos a serem superados através da luta política e organização da fração revolucionária da oposição.

Dado esses graves problemas, o Coletivo dos Trabalhadores rompeu com a Oposição. Não rompe com o programa, mas sim com a política da CS. Equivocadamente, deixam de fazer a luta política no interior da oposição contra as tendências aparelhistas e eleitoralistas.

Chamamos todos aqueles que votaram na Oposição e concordam com o programa a participarem da construção efetiva desse movimento.



Professores municipais:

110 anos da morte de Marx

O fundador do Socialismo Científico

O congresso do Sinpeem, que ocorreu de 17 a 21 de maio, deliberou, entre outras coisas, que fosse tirada a posição de greve ou não greve nas escolas para o dia 8 de junho, data da reunião de representantes.

O mês de maio, data base da categoria, passou no mais profundo marasmo. Apesar de ser um mês de grande ascenso das lutas dos trabalhadores, como a greve da saúde, funcionários de escolas, funcionários federais, etc., a direção sindical (PCdoB) não conseguiu sequer negociar o índice da inflação. Deixou de aproveitar esse momento favorável para chamar a greve e a unidade com o funcionalismo. Ao contrário, privilegiou as mesas de negociação com o prefeito e o secretário. O resultado só poderia ser: 15% de reajuste com parcela retroativa do mês anterior. Para que a classe reaja diante do crescente arrocho salarial, é preciso rechaçar a política burocrática e conciliadora da direção do sindicato e de fato preparar a greve.

Outro ponto votado no congresso foi sobre o Estatuto. O plenário aprovou duas propostas contraditórias, ou seja, favorável à revisão e pelo cumprimento. Se de um lado, Maluf (defensor da privatização do ensino) age para arrancar algumas conquistas dos professores, como a jornada integral, adicional noturno, data base, etc, e conta com a maioria dos vereadores na Câmara, por outro, a classe está totalmente desmobilizada para impôr, através da ação direta, mudanças que atendam os seus interesses. Para isso, é preciso a unidade dos professores para enfrentar o prefeito direitista Maluf e seus comparsas vereadores. Só a mobilização direta poderá arrancar conquistas e mantê-las.

O marxismo é chamado assim em homenagem ao homem que formulou toda a base filosófica e científica que possibilitou a ação consciente da classe operária rumo ao socialismo. Sua contribuição foi decisiva no sentido de superar os limites do movimento operário que já despontava, mas que não possuía a consciência das tarefas históricas que lhe cabiam.

Ao contrário do que se pensa, Marx não foi um teórico de banco de universidade ou de escrivaninha. Sua elaboração foi construída não apenas sobre a base de intensos estudos sobre a mecânica do sistema capitalista, mas também assimilando a experiência do movimento operário e popular da época, do qual participava ativamente e que teve influência decisiva na formulação de suas principais conclusões. Exemplos disso são a falência da Revolução Alemã de 1848, quando Marx verificou a mudança do papel da burguesia, que até então havia cumprido um papel historicamente revolucionário de luta contra o feudalismo e a nobreza, mas que passava a se aliar a ela e a se voltar contra as massas, diante da possibilidade do proletariado lhe superar. Em outras palavras, a burguesia passava a assumir um papel em geral reacionário. Ou ainda, quando da derrota da Comuna de Paris, primeira experiência de poder operário da história, Marx pôde concluir da necessidade de construir um poder que fosse repressivo em relação à burguesia, para garantir a vitória da revolução proletária e impedir a reação burguesa: a ditadura do proletariado.

Marx entendia a necessidade da elevação da consciência da classe operária de classe em si, criada pelo modo de produção capitalista, em classe para si, consciente da sua tarefa histórica de derrubar a burguesia, destruir o Estado burguês, construir o poder próprio do proletariado e implantar o socialismo, rumo à extinção da

sociedade dividida em classes e da construção da sociedade comunista.

Para que isso ocorresse, Marx formulou a necessidade da organização da classe em partido político, um partido operário. Uma organização que fosse expressão da consciência de classe. Na verdade, trata-se de uma condição para a independência de classe frente a burguesia, e para a derubada da burguesia do poder político.

Hoje não é possível ser marxista de forma conseqüente sem defender suas principais idéias: a de que a luta de classes onde se baseia a atual sociedade capitalista conduzirá inevitavelmente à ditadura do proletariado a ser alcançada pela via da revolução violenta, ou à barbárie que consumirá a humanidade; a necessidade da construção do partido da classe operária, que é o partido operário revolucionário; o caráter internacionalista da revolução proletária, e portanto a necessidade de um partido internacional da revolução socialista: o Manifesto Comunista deu tanta importância ao internacionalismo que conclui com o chamamento aos operários de todos os países para que se unam.

Formação



Golpe de uma semana na Guatemala

No último dia 25 de maio, o presidente da Guatemala, Jorge Serrano, decretou apoiado no exército o fechamento do Congresso e a suspensão da Constituição por tempo indeterminado, passando a governar com plenos poderes. O golpe foi uma tentativa de endurecimento do regime político e da repressão contra as massas, que têm saído à luta contra a política neoliberal de Serrano, imposta a mando do capital estrangeiro. Imediatamente após o golpe, Serrano mandou prender opositores, proibiu qualquer reunião de mais de três pessoas e passou a exercer forte censura sobre os meios de comunicação. Um dia após o golpe, os guatemaltecos saíram às ruas para protestar. Serrano ordenou a repressão ao movimento. A seguir, o Congresso pediu ao exército que depusesse Serrano e restabelecesse a Constituição, o imperialismo suspendeu toda a ajuda econômica ao país e o governo americano se manifestou contra o golpe e exigiu a renúncia de Serrano. Diante das pressões internas e externas, o caudilho buscou um acordo que o mantivesse no poder, mas finalmente acabou removido do governo pelo próprio exército no dia 1º de junho, que recomendou ao parlamento que escolhesse novo presidente. Setores mais radicais da oposição denunciaram que tratou-se de uma manobra continuísta, e se retiraram das negociações para a volta da normalidade democrática burguesa.

O episódio, com muitas semelhanças ao golpe de Fujimori no Peru, mostra que existe uma tendência golpista generalizada na América Latina. É preciso acrescentar que Serrano estava sob investigação de corrupção, e caminhava para um processo de impeachment semelhante ao que atingiu os presidentes do Brasil e da Venezuela.

A causa dessa tendência é a crise dos regimes políticos semi-democráticos implantados com a falência das ditaduras militares. Diante da desagregação econômica, do agravamento da crise e da mobilização das massas, que reagem contra os ataques às suas condições de vida, setores burgueses conspiram por um endurecimento do regime para a repressão aos movimentos. No Brasil, encontramos manifestações golpistas abertas em setores burgueses. Se essa tendência não progride aqui é pela tremenda divisão interburguesa pela necessidade de quebrar as forças produtivas em grande escala, imposição imperialista, e pela ação das massas, que ainda resistem apesar da política traidora das direções comprometidas com o governo entreguista.

A única maneira de enfrentar a tendência golpista é a luta de massa. Como vimos na Guatemala, o imperialismo julgou o golpe incapaz de realizar as tarefas acertadas com o FMI e os credores externos. Por isso pressionou pela queda de Serrano, mas elevou a capacidade de pressão e deliberação do exército, de quem o futuro governo será refém. Será a mobilização das massas que poderá impedir o avanço dos ataques às suas condições de vida a mando do capital norte-americano e europeu.

39º Congresso da UNE:

Por um programa de luta antiimperialista e anticapitalista

O Congresso da UNE foi adiado para 30 de junho, devido à greve nas escolas federais. Agora vai se realizar praticamente nas férias, longe da atenção dos alunos. Num momento de grave crise econômica e política no país, num momento em que a UNE ganhou importância pelas mobilizações estudantis que vêm ocorrendo desde o ano passado, a organização estudantil fará seu congresso sob uma direção completamente comprometida com o governo antinacional e antipopular de Itamar (PCdoB e MR-8), e com uma oposição extremamente frágil que limita-se apenas a questionar a forma de eleição da diretoria, contra a escolha pelos congressos e a favor de diretas, mas que, por ser dirigida pelo PT, tende a assumir uma linha de colocar a UNE como setor da oposição parlamentar ao governo, visando as eleições presidenciais de 94.

Apesar da forma de escolha da direção influenciar na política da entidade, isso não é o decisivo. Exigir a escolha direta pelos alunos da direção da UNE é progressivo em relação ao controle burocrático e superestrutural que exercem nos congressos os partidos burgueses ou pró-burgueses. Mas o que vai determinar se a UNE vai ou não se constituir num

instrumento de luta dos estudantes, que expresse de fato sua vontade, é a política adotada pela entidade. Uma direção comprometida com o poder econômico ou com o governo, ainda que eleita diretamente, burocratizará a entidade e manobrá-la com os estudantes. Somente elegendo uma direção e um programa com independência de classe é possível separar a UNE dos exploradores e colocá-la na luta pelas reivindicações estudantis e populares.

Por isso defendemos que o Congresso da UNE se coloque por um programa de luta antiimperialista e anticapitalista, que construa a aliança dos estudantes com os outros setores oprimidos da sociedade. Um programa que se coloque contra a linha do imperialismo de recolonização dos países atrasados, pela formação de uma frente antiimperialista juntamente com os outros setores oprimidos da sociedade, solidariedade às outras nações oprimidas, contra a restauração capitalista na Rússia e no Leste Europeu e pela Revolução Política que devolva o poder usurpado pela burocracia estalinista às massas, pela luta contra o governo antinacional e antipopular - abaixo Itamar!, em defesa de uma campanha nacional de luta pelas reivindicações das massas, contra as privatizações e a destruição das conquistas sociais, pela aliança entre estudantes, operários e outros setores oprimidos da sociedade, pelo socialismo. Defenda um movimento estudantil independente e de luta, organizado democraticamente. Lute pela autonomia universitária, pelo ensino público e gratuito para todos, estatização das particulares e fim do ensino privado.

Internacional



Nacional